



**Prefeitura de Catanduvas (SC)
Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Prestação de Contas do Prefeito
Consolidado**

**ANEXO II
IN 20 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Município de Catanduvas**

**Diego Grezelle
Agente de Controle Interno
Exercício Financeiro 2021**

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO (Art. 8º)**

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – CONSOLIDADO

PORTARIA N. TC-016/2022

Trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

Art. 1º. Fica facultada para as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, a remessa das seguintes informações constantes dos anexos da Instrução Normativa nº TC-020/2015, de 31 de agosto de 2015:

(....) II- Dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XX do Anexo II – Conteúdo Mínimo do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que acompanha a Prestação de Contas do Prefeito.

PORTARIA N. TC-016/2022

Art. 1º Fica facultada para as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, a remessa das seguintes informações constantes dos anexos da Instrução Normativa TC-020/2015, de 31 de agosto de 2015, enunciadas no art.º 1º Incisos I a VII da Portaria N.TC-016/2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

CONSIDERANDO os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, inciso II, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“Art. 7º A prestação de contas apresentada pelo Prefeito deve ser remetida ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e compõe-se de:

(...)

“II - relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos, conforme prevê o artigo 51 da Lei Complementar n° 202, de 15 de dezembro de 2000.”

O órgão central do sistema de controle interno apresenta o relatório com base no anexo II, da Instrução Normativa n. 20/2015/TCE-SC.

1. Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social relativa ao município, inclusive mediante utilização de indicadores quando definidos pelo tribunal de contas e disponibilizados em seus sistemas eletrônicos:

a) Aspectos Gerais

Prefeito: Dorival Ribeiro dos Santos

Vice-Prefeito: Paulo Constante Fuga

Endereço da Prefeitura: Rua Felipe Schmidt, n. 1435 – Centro – CEP: 89.670-000

b) Aspectos Socioeconômicos

Eleitores: 7.063 eleitores (fonte:TRE/SC – Ano 2020)

IDHM: 0,714 (fonte: PNUD / ano 2010)

FPM: 0,8 (fonte: STF/ ano 2018)

ICMS: 0, 0.226907 (fonte: SEF - SC / ano 2018)

PIB: R\$ 40.167,45(fonte: IBGE / ano 2019)

População: 11.106 habitantes estimada (fonte: IBGE / ano 2021)

Fonte: <https://servicos.tce.sc.gov.br/sic/home.php?id=420400&idmenu=municipio&menu=receitafontes>

c) Principais Indicadores Financeiros:

RECEITA POR SUBCATEGORIA ECONÔMICA - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - 2021

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Evolução Anual
Tipo Receita																	Valor em R\$
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria																	6.205.366,23
Contribuições																	944.635,87
Receita Patrimonial																	436.032,50
Receita de Serviços																	87.633,17
Transferências Correntes																	38.329.236,78
Outras Receitas Correntes																	126.108,23
Alienação de Bens																	23.325,94
Amortização de Empréstimos																	69.568,57
Transferências de Capital																	808.984,56
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA																	47.030.891,85

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

RECEITA TRIBUTÁRIA - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - 2021 ?

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Evolução Anual
Tipo Receita																	Valor em R\$
Receita de Impostos																	5.366.577,57
Taxas																	617.486,88
Contribuição de Melhoria																	221.301,78
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA																	6.205.366,23
» IRRF																	1.056.007,75
» IRRF																	78.093,96
» IPTU																	1.620.570,14
» ITBI																	714.198,00
» ISQN																	1.897.707,72

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

2. Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA, observadas as unidades de medida concernentes a cada ação:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

3. Informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

4. Análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2020.

5. Análise comparativa entre programação e a execução financeira de desembolso:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

6. Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no balanço geral:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Relação de Restos a Pagar
CONSOLIDADO

Parâmetros: Movimentações até: 31/12/2021; Opção de listagem: A_PAGAR; Consolidado: S - Versão: 47 de 03/01/2022 08:15:35

Página: 1/ 1

Data: 11/04/2022

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Usuário: suporteamauc

Empenho	Emissão	Credor	Recurso	Inscrito em restos a pagar		Cancelado	Liquidado	Pago	Saldo
				Não Processado	Processado				
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS									
100/2020	07/01/20	SS RASTREAMENTOS LTDA	0.1.00.0000.000000	0,00	170,18	0,00	170,18	0,00	170,18
744/2020	04/03/20	DAIANE SIGNORE RIBEIRO POLIMENTO ME	0.1.00.0000.000000	0,00	640,00	640,00	640,00	0,00	0,00
1878/2020	09/07/20	ASAFE EMPREENDIMENTOS LTDA	0.1.00.0000.000000	2.917,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.917,56
2654/2020	07/10/20	ASAFE EMPREENDIMENTOS LTDA	0.1.00.0000.000000	129.119,11	0,00	4.364,83	124.417,87	124.417,87	336,41
3468/2020	21/12/20	FUGANTI TURISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	0.1.00.0000.000000	520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.000,00
		Total do Recurso:	652.036,67	810,18	5.004,83	125.228,05	124.417,87	523.424,15	
3469/2020	21/12/20	FUGANTI TURISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	0.1.76.0000.000000	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
		Total do Recurso:	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
		Total da Entidade:	852.036,67	810,18	5.004,83	125.228,05	124.417,87	723.424,15	
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE CATANDUVAS									
1889/2020	06/10/20	BANCO DO BRASIL S/A	0.1.63.0063.000001	0,00	10,45	10,45	10,45	0,00	0,00
		Total do Recurso:	0,00	10,45	10,45	10,45	0,00	0,00	
		Total da Entidade:	0,00	10,45	10,45	10,45	0,00	0,00	
		Total Geral:	852.036,67	820,63	5.015,28	125.238,50	124.417,87	723.424,15	

Catanduvas, 11/04/2022

Fonte: Sistema Betha licitado pelo município.



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2021 / MÊS DEZEMBRO 2021

Página: 1 / 1
Data de emissão: 11/04/2022
Exercício de 2021

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2020 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2020 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	44.987,17	44.166,54	650,45	170,18	35.174,67	2.783.503,73	1.290.268,90	1.290.268,90	805.155,53	723.253,97	723.424,15
PODER EXECUTIVO	0,00	44.987,17	44.166,54	650,45	170,18	35.174,67	2.783.503,73	1.290.268,90	1.290.268,90	805.155,53	723.253,97	723.424,15
FUNDO MUN. DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.765,00	15.765,00	15.765,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	751,11	740,66	10,45	0,00	0,00	673.864,84	104.293,22	104.293,22	569.571,62	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	31.723,50	31.553,32	0,00	170,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.917,56	0,00	0,00	0,00	2.917,56	2.917,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR	0,00	8.683,54	8.683,54	0,00	0,00	35.174,67	1.063.643,87	345.039,87	345.039,87	33.442,26	720.336,41	720.336,41
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	3.829,02	3.189,02	640,00	0,00	0,00	1.027.312,46	825.170,81	825.170,81	202.141,65	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	0,00	44.987,17	44.166,54	650,45	170,18	35.174,67	2.783.503,73	1.290.268,90	1.290.268,90	805.155,53	723.253,97	723.424,15

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 11/04/2022, às 09:09:31.
Nota(s) Explicativa(s):

Fonte: Sistema Beta licitado pelo município.

7. Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao tribunal de justiça para pagamento de precatórios se for o caso:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

8. Em relação ao desempenho da arrecadação, apresentar demonstrativos:

a) da dívida ativa do município;

- b) das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor;
- c) da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância;
- d) das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições;
- e) das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos;
- f) do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- g) dos créditos baixados em razão de prescrição;

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

9. Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites;

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

Comparativo da Despesa com Pessoal

2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021

COMPARATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E A RCL - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS ?

PODER EXECUTIVO

Período	RCL do Município - últimos 12 meses	Despesa com Pessoal - Limite máximo (54%)	Despesa com pessoal realizada	Percentual da RCL	Diferença entre o limite e a despesa realizada	Percentual aplicado a menor/maior
1º Quadrimestre	43.906.724,07	23.709.631,00	19.510.385,16	44,44	-4.199.245,84	-9,56
2º Quadrimestre	44.214.477,57	23.875.817,89	19.519.827,28	44,15	-4.355.990,61	-9,85
3º Quadrimestre	45.365.872,66	24.497.571,24	19.528.424,91	43,05	-4.969.146,33	-10,95

PODER LEGISLATIVO

Período	RCL do Município - últimos 12 meses	Despesa com Pessoal - Limite máximo (6%)	Despesa com pessoal realizada	Percentual da RCL	Diferença entre o limite e a despesa realizada	Percentual aplicado a menor/maior
1º Quadrimestre	43.906.724,07	2.634.403,44	970.447,55	2,21	-1.663.955,89	-3,79
2º Quadrimestre	44.214.477,57	2.652.868,65	969.909,67	2,19	-1.682.958,98	-3,81
3º Quadrimestre	45.365.872,66	2.721.952,36	937.863,48	2,07	-1.784.088,88	-3,93

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

Demonstrativo de Operação de crédito

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Período	RCL do Município no exercício													
	Limite de Operações de Crédito - 16% da RCL						Montante das Operações de Crédito realizadas				Percentual da Operações de Crédito em relação à RCL			
1º Quadrimestre	44.258.625,44						7.025.075,85				0,00			
2º Quadrimestre	44.524.413,38						7.074.316,41				0,00			
3º Quadrimestre	46.129.012,78						7.258.539,63				0,00			

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

Demonstrativo da Dívida Pública Consolidada

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Período	RCL do Município no exercício														
	Limite da Dívida Consolidada Líquida - 120% da RCL						Montante da DCL no exercício				DCL em relação à RCL				
1º Quadrimestre	44.258.625,44						53.110.350,53				836.430,05				1,89
2º Quadrimestre	44.524.413,38						53.429.296,06				836.430,05				1,88
3º Quadrimestre	46.129.012,78						55.354.815,34				836.430,05				1,81

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

Demonstrativo das Metas Bimestrais de Arrecadação

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até o Bimestre		Prevista na LOA		Realizada até o bimestre		Diferença		Percental da meta					
1º Bimestre		5.929.833,16		6.785.879,52		856.046,36		114,44					
2º Bimestre		11.859.666,32		14.777.704,62		2.918.038,30		124,60					
3º Bimestre		17.789.499,48		22.343.241,54		4.553.742,06		125,60					
4º Bimestre		24.129.832,64		31.038.768,68		6.908.936,04		128,63					
5º Bimestre		30.059.665,80		39.071.848,83		9.012.183,03		129,98					
6º Bimestre		36.444.479,13		47.030.891,85		10.586.412,72		129,05					

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

10. Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da constituição federal e artigo 60 do ADCT:

Demonstrativo da aplicação em Educação

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Evolução Anual
Tipo Componente																Valor em R\$	
Ensino Fundamental																8.283.273,28	
Ensino Médio																1.280,00	
Ensino Superior																318.208,98	
Educação Infantil																4.441.742,54	
TOTAL DA DESPESA COM EDUCAÇÃO																13.044.504,80	

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

Demonstrativo da aplicação em Saúde

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Componente								Valor	Percentual da Receita com Impostos							
Total das Despesas para efeito de Cálculo								8.435.038,27	23,58							
Valor Mínimo de 15% das Receitas com Impostos								5.365.632,30	15,00							
Valor acima/abaixo do Limite								3.069.405,97	8,58							

Fonte: e-Sfinge

Informações preliminares, antes do julgamento das contas anuais, de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

11. Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Procedimento Licitatório								Quantidade	Valor Previsto em Reais	Valor Homologado em Reais						
Tomada de Preços								15	8.374.419,07	5.819.132,73						
Pregão Presencial								98	26.647.171,33	21.819.650,01						
Pregão Eletrônico								4	1.178.224,80	1.009.150,00						
Dispensa de Licitação								27	0,00	1.398.567,30						
Inexigibilidade de Licitação								15	0,00	158.296,07						
Não cadastrado								3	402.949,65	370.319,00						
TOTAIS								162	36.602.764,85	30.575.115,11						

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

12. Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

13. Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, constituição federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

14. Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

15. Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

16. Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da administração pública municipal:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

17. Relação de convênios com união e estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

Ente Federativo	Órgão/Entidade concedente	Número do Convênio	Nome	Data Assinatura - Início da Vigência	Valor Previsto para o Convênio	Contrapartida	Valor Previsto para o Exercício	Valor Recebido	Valor a Receber	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar decorrentes do Convênio	Status
União	Ministério do Esporte	862911/2017	Quadra do Regina	29/12/2017	R\$ 243.750,00	R\$ 217.094,21	R\$ 243.750,00	R\$ 243.750,00	R\$ -	R\$ 69.957,30	R\$ -	Em execução
União	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	892283/2019	Equipamentos	31/12/2019	R\$ 143.250,00	R\$ 13.950,00	R\$ 143.250,00	R\$ -	R\$ 143.250,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
União	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	886183/2019	Trator de Esteira	31/12/2019	R\$ 200.000,00	R\$ 398.900,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
União	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	897263/2019	Trator Agrícola	23/10/2019	R\$ 300.000,00	R\$ 11.833,33	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
Estado	Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural	2017TR000445	Link de Internet	19/04/2017	R\$ 144.000,00	R\$ -	R\$ 144.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ -	VER	R\$ -	Em execução
Estado	Secretaria de Estado da Educação	2019T\$001282	Reforma e Ampliação Creche	29/11/2019	R\$ 123.000,00	R\$ 583.851,89	R\$ 123.000,00	123.000,00	R\$ -	VER	R\$ -	Em execução
Estado	Fundo Estadual de Saúde	2020TR000265	Medicamentos, consultas e procedimentos	19/02/2020	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
Total					R\$ 1.354.000,00	R\$ 1.225.629,43	R\$ 1.354.000,00	R\$ 510.750,00	R\$ 843.250,00	R\$ 69.957,30	R\$ -	

18. Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Não houve eventos justificadores de situação de emergência ou calamidade pública no exercício de 2021.

19. Manifestação sobre as providências adotadas pelo poder público municipal em relação às ressalvas e recomendações do tribunal de contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

- 1- Regular publicação dos relatórios resumidos de execução orçamentária e de gestão fiscal, de modo a garantir a transparência;
- 2- Assegurar o cumprimento dos limites constitucionais com gastos de pessoal.

20. Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do tribunal de contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:

Dispensado/Facultado pela Portaria N. TC-016/2022 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022.

21. Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Em contato com a Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto, foi solicitado mapa sobre as metas e estratégias dos Planos Nacional e Municipal de Educação para verificação do cumprimento ou não dos intentos fixados.

Da análise da documentação encaminhada, verificou-se o cumprimento da maioria das metas nos prazos estipulados. Consigna-se que as metas não atingidas se encontram dentro do prazo e apresentam planos estratégicos para cumprimento.

22. Outras Informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas:

Não foram solicitadas outras informações pela Corte de Contas atinente a prestação de contas do Prefeito/Governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015/TCE-SC, encaminho o relatório do órgão central do sistema de controle interno (art. 7º, II – Anexo II).

Diego Grezelle
Agente de Controle Interno
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 03 de março de 2022